



Anais da Assembléia

Nº 158

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Nami Placentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizze - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademir Luiz Tapano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Sero - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

RESOLUÇÃO N° 014/93

Data: 30 de setembro de 1993.

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Reserva do Iguaçu, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área territorial abaixo descrita, para que a população manifeste-se sobre a criação do Município de Reserva do Iguaçu:

"(Limitando-se com o Município de Guaparuva) - Começa no rio Iguaçu, na foz do rio Jordão, seguindo por este até a foz do rio Capão Grande - (Limitando-se com o Município de Pinhão) - Começa no rio Jordão, na foz do rio Capão Grande, subindo por este até a foz do rio Pontão e por este acima até sua nascente; deste ponto em linha seca e reta, no sentido geral leste, até alcançar a nascente do rio São Pedro, descendo pelo rio São Pedro até sua foz no rio Iguaçu - (Limitando-se com o Município de Palmas) - Começa na foz do rio São Pedro na confluência com o rio Iguaçu, descendo por este até a foz do rio Butiá, divisa entre os Municípios de Palmas e Manguieirinha - (Limitando-se com o Município de Manguieirinha) - Começa no ponto acima, na foz do rio Butiá, no rio Iguaçu, seguindo pelo rio Iguaçu até a foz do rio Jordão, ponto de partida".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 30.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

LEI N° 10.486

Súmula: Autoriza a doação de terreno, conforme especifica, ao Município de Rolândia, para a construção da Sede da SINROL.

Data: 26 de outubro de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná, a doar ao Município de Rolândia, para a construção da sede da SINROL - Sindicato dos Servidores Públicos

Municipais de Rolândia, o terreno abaixo especificado:

- uma área de terra medindo 812,72 metros quadrados constante no lote urbano sob número 16 (dezesseis) da quadra n° 69 (sessenta e nove) da planta geral da Cidade de Rolândia, e com as seguintes divisas e confrontações: divide-se ao norte, com a data 3, numa largura de 4,76 metros, ao NE, com as datas 1 e 2, numa extensão de 35,00 metros, ao SO com a Rua Santa Catarina, numa extensão de 21,83 metros, ao Sul com a Avenida Baía numa faixa de 17,13 metros, e finalmente, a Oeste, com a data 15, numa extensão de 39,35 metros, sem benfeitorias. Havido pelo Estado do Paraná em data de 07.03.1955, através do registro n° 1933, fls. 145 do livro 3/B de Transcrição das Transmissões do Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Rolândia.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 26.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

LEI N° 10.487

Súmula: Autoriza a doação de bem móvel ao Município de Diamante do Sul, conforme especifica.

Data: 26 de outubro de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Diamante do Sul a Motoniveladora código 3MN 241 - HUBER WARCO, ano 1974, de propriedade do DER/PR.

Parágrafo Único - O bem móvel objeto desta doação fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, passando a fazer parte do patrimônio do referido município.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 26.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

LEI N° 10.488

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do Município de Xambrê, conforme especifica.

Data: 26 de outubro de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao patrimônio do Município de Xambrê a data nº 18 e 19, da quadra 24, daquele município e comarca, cujo terreno está lavrado às fls. 30, do livro 73P, do 7º Tabelionato de Notas da Capital do Estado do Paraná e Escritura Pública de Doação lavrada no Tabelionato de Xambrê, no livro E/8, às fls. 107v/109, em data de 03 de julho de 1970.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 26.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 109.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Júlio Bifon e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Arlindo Troian, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Élio Rusch, João Preis, José Arthur Ritti, Nei-vo Beraldin e Renato Adur (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessutti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4449

O Deputado autor do presente, adiante susbcrito, REQUER, na forma regimental, com fulcro no que lhe é assegurado pelo artigo 60, 1, da Constituição do Estado do Paraná, licença do mandato parlamentar, por tempo indeterminado, a partir do dia 12 de novembro próximo, para assumir as funções de Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado, a convite do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Engº Rafael Greca de Macedo.

Informa, outrossim, que faz opção pela remuneração do mandato, na forma do disposto pelo artigo 60, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 4426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. David Bonetti, ocorrido no último dia 07 do mês corrente, e que seja dado conhecimento da proposição em apreço aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor David Bonetti foi o pioneiro do Município de São Jorge do Oeste, onde viveu e dedicou a sua vida em favor do seu engrandecimento e progresso.

Lamentavelmente o município perde um grande homem que muita falta fará àquela sociedade, onde deixa muitos amigos e eternas saudades.

REQUERIMENTO Nº 4427

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja enviado votos de pesar à família do Senhor Pedro Marques da Silva, Prefeito Municipal, pelos seu falecimento ocorrido no dia 09 de novembro último, no Município de Jundiá do Sul Paraná.

Requer outrossim, da decisão desta Casa, que se dê conhecimento à sua esposa, Antonia Fraga da Silva, residente na Rua São Francisco, s/n, Jundiaí do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4442

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Dr. Luiz Carlos Borba, ocorrido no dia 05 próximo passado, na cidade de Maringá.

Advogado conceituado, cidadão de ilibada conduta e de intocável reputação profissional, com seu passamento fica aberta uma lacuna na advocacia paranaense, inclusive difícil de ser preenchida.

Por diversas vezes foi Membro do Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil e atualmente era Membro do Conselho Federal.

Foi ainda Procurador do Município de Maringá no período de 1983 a 1988.

Ao prestarmos esta justa homenagem ao advogado, amigo e exemplar chefe de família - Dr. Luiz Carlos Borba, esperamos estar expressando todo o nosso agradecimento pelo sério e abnegado trabalho desenvolvido ao longo dos seus 62 anos, dos quais, 38 dedicados ao Direito.

Requer ainda, que da decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada, na Rua Tomé de Souza, 800 / Maringá-Pr.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 4447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em ata de profundo pesar pelo falecimento do ex-vereador do Município de Campo Mourão Senhor Jeremias Cilião de Araújo, ocorrido no dia 21 do corrente.

Requer outrossim que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 4448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em ata de profundo pesar pelo falecimento do pioneiro do Município de Araruna, Senhor Manoel Bartolomeu Teixeira, ocorrido no último dia 25 do

corrente.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada na pessoa do Prefeito de Araruna, Hermes Campos Teixeira.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 4456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar, pelo falecimento da Senhora Aminta Corso Rossetto, ocorrido no último dia 02 de novembro de 1.993, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

"A maior de quantas distâncias logre a imaginação conceber, é a da morte, e nem esta separa entre si os que a terrível apartadora de homens arrebatou aos braços uns dos outros. Quantas vezes não entreveamos, nesse fundo obscuro e remotíssimo, uma imagem cara?" - Rui Barbosa, em OS MIGLAGRES DO CORAÇÃO.

O mundo oferece episódios causticantes de Italianos que residem na Capital do Estado, sentiram o falecimento da Senhora Aminta Corso Rossetto, que deixou enlutados, não só seus familiares, mas também amigos que a conheciam de longos anos, os quais teve uma convivência das mais harmônicas.

REQUERIMENTO N° 4428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação de votos de congratulações, pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Pérola, que se dará no dia 12 de novembro do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal e aos Senhores Vereadores.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4437

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, propõe à Casa, a inserção nos anais desta sessão, de um voto de congratulações pela passagem dos 50 anos de instalação da República do Líbano, atual expressão política de uma nação de civilização secular no Oriente e que possui sólidos e profundos laços de relacionamento com o Brasil, através de imigração densa e de larga tradição, con-

forme a justificativa abaixo.

Requer que, deste voto, seja dado conhecimento à comunidade de origem libanesa radicada no Paraná e às autoridades diplomáticas do Líbano em nosso País.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

01. LÍBANO

Nação independente localizada na extremidade leste do Mar Mediterrâneo, na Ásia, o Líbano é um país pequeno, aproximadamente a metade do Estado do Sergipe. No entanto, há cerca de 4 mil anos, o Líbano é um centro de comércio e transporte mundial. Beirute, a capital do país, liga a Ásia à Europa.

O Líbano é um dos países mais industrializados do Oriente Médio. No entanto, as indústrias são responsáveis por menos de 1/5 da renda nacional, destacando-se como outras fontes econômicas, o comércio e as finanças. A refinação de petróleo é a indústria mais importante do Líbano. No país também existem indústrias de materiais de construção, processamento de alimentos, tecidos, calçados e artigos de couro.

No arranjo político de 1943, o Presidente era do partido cristão, o Primeiro-Ministro, muçulmano e o Parlamento era de maioria cristã. Entretanto, com a quebra desse Pacto Nacional, a guerra civil estourou no Líbano. Com o estopim da guerra começou uma série de batalhas, seqüestros, carros-bomba, kamikases e o Líbano mergulhou em fogo e cinzas. Somente em 1989 é que foi assinado o chamado Pacto de Reconciliação Nacional, com a manutenção de um presidente cristão e um primeiro-ministro muçulmano, restabelecendo-se a igualdade parlamentar.

Atualmente, o Líbano, penosamente, atravessa uma fase de reconstrução, visto que foi bastante destruído pela ruptura do equilíbrio político que existia em 1943. A esperança de todos é que o país dos cedros do Líbano volte a ser conhecido como a "Suíça do Oriente Médio".

02. A VINDA DOS ÁRABES AO BRASIL E AO PARANÁ.

Os imigrantes árabes que vieram para o Brasil, em especial os libaneses, souberam transmitir aos seus descendentes, os traços mais assinalados das características dos árabes. Elas são, entre outras, a unidade lingüística, o caráter generoso e liberal e a amizade.

Fazer amigos e conhecer pessoas é uma atividade excitante para os árabes, da mesma forma que realizar o comércio constitui uma afirmação pessoal. Aliás, para nós, descendentes de árabes, libaneses e outros povos do Levante, comércio e

amizade se interrelacionam, pois aprendemos muito cedo, no convívio da família, que, quando mercadorias são vendidas, amizades são conquistadas.

A comunidade árabe-libanesa no Paraná, com suas expressões locais dos sírio-libaneses e outros grupos nacionais, tem uma presença afirmativa, com sua vida cultural e representativa centrada em inúmeras entidades, congregadas na Federação das Entidades Árabe-Libanesas do Paraná.

03. O PAPEL DA LEA

A reconstrução do Líbano foi auxiliada pela Liga dos Estados Árabes. Há um papel político exercido pela missão da LEA, juntamente com as missões dos Países Árabes existentes no Brasil. Ela mostra o lado positivo dos Países Árabes, através dos seus aspectos de civilização e hospitalidade. A LEA desempenha seu papel no campo cultural, através da ALECSO (Organização Árabe para Educação, Cultura e Ciência). A organização se interessa também pelo intercâmbio de experiências e de técnicas de informações e práticas educacionais, culturais e científicas, assim como a preservação da herança cultural árabe.

Nos anos 50, foi criado um Conselho Econômico, especialmente dentro da LEA. Nos anos 70, aumentou o interesse pela colaboração econômica, principalmente no campo financeiro. Existem cinco organismos regionais árabes, que são:

- Organização Árabe para o desenvolvimento agrícola;
- Para o transporte marítimo;
- Entidade para as comunicações espaciais;
- Fundo Monetário Árabe; e
- Organização Árabe para o turismo.

Os interesses do Conselho Econômico se ressaltaram através das relações econômicas externas do mundo árabe, com as grandes potências, blocos e organizações internacionais.

REQUERIMENTO Nº 4457

Senhor Presidente.

O Deputado Orlando Pessuti, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, os votos de congratulações da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelo transcurso do 32º aniversário de emancipação política do Município de Palmital.

Solicito ainda, seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e demais autoridades daquele município.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4458

Senhor Presidente.

O Deputado que firma este instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja enviado as congratulações da Casa à Câmara Junior de Cascavel, pela passagem de mais um aniversário de fundação.

Do aprovado, requer, seja dado ciência à Entidade congratulada, com encaminhamento do registro, à Rua Câmara Junior, nº 130 - Jardim Cristal - Cascavel, - Paraná; como também para o presidente da Câmara Junior do Paraná, a rua Sete de Setembro, nº 1173 - Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4440

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de louvor e muito aplauso à empresa BRASIMAC, que inaugura sua loja de nº 89 em Curitiba, nesta Capital.

Num momento tão dramático para a sociedade brasileira, com tantos reveses na área empresarial, devemos aplaudir aqueles empresários ousados que continuam crescendo, gerando novos empregos, mais impostos e que acreditam no país.

À BRASIMAC os melhores cumprimentos desta Casa pela inauguração que promoveu e votos de que alcance o sucesso desejado e previsto, que será de justiça.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4441

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em ata dos trabalhos, voto de congratulações, de louvor e muito aplauso ao empresário Pedro Joanir Zonta, cuja empresa, Supermercados Condor, está comemorando seus 19 anos de existência.

Trata-se de um empresário dinâmico, arrojado, moderno, sério, competente, que criou e mantém até hoje, com quase 20 lojas em todo o Estado do Paraná, atendendo milhões de consumidores e oferecendo permanentemente empregos às famílias paranaenses, além de gerar muitos impostos.

Nestes 19 anos, revelou visão formidável para os negócios e conseguiu eleger sua empresa como um dos grupos supermercadistas mais prósperos do Estado. Esta vida de 19 anos merece o reconhecimento desta Casa e daí nossa proposta de registrar o evento.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de aplausos à Professora Diva Vidal, que irá receber em Brasília, a comenda do Grau de Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito Educativo da Presidência da República.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Paraná, mais que nunca, está em todos os sentidos, jubiloso, pois está tendo um reconhecimento público da parte da Presidência da República, quando uma dileta filha irá receber a mais alta condecoração existente.

Paranaguá - berço da civilização Paranaense - sente-se plenamente identificada com a homenageada, e sua população, que com muito orgulho representamos nessa Assembléia Legislativa, está feliz, pois uma conterrânea das mais autêntica, cujos méritos são reconhecidos internacionalmente será homenageada pelo Presidente da República.

Mais de meio século de existência, dedicado à Educação, sim a Educação no sentido amplo da palavra, na essência nítida do termo.

Uma vida gloriosa dedicada a ensinamentos, um passado coberto de lutas para que o Brasil tenha sempre uma melhor Educação, onde desde a sala de aula, até a difícil burocracia passaram por suas abnegadas mãos.

O Brasil teria forçosamente que ter milhares de personalidades nessa importante área, como essa que o Paraná tem, que nos enche de muita satisfação.

Seu nome: Professora Diva Vidal, que, com seus 83 anos, tornou-se um símbolo da cultura para todas as épocas.

Temos plena certeza, que ao receber essa homenagem em Brasília, essa dedicada mestra, com a singeleza que lhe é peculiar, marcará mais um tento em sua missão sagrada de ensinar.

Apresentamos esse voto de aplausos, pela Comenda do Grau de Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito Educativo, a Professora Diva Vidal, que pedimos seja comunicada à mesma, junto à Secretaria de Educação, à Avenida Água Verde, 1689, CEP: 80.240-900.

REQUERIMENTO Nº 4429

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado ex-

pediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, o Município de Pérola.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4430

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial no Município de Pérola.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4431

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial no Município de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4432

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial no Município de Xambrê

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4433

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial no Município de Vila Alta.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4434

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4435

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial no Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4436

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial no Município de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4438

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de resolver o problema que vem ocorrendo na Rua Juiz Danilo Bertolin Précoma n° 89, localizada no bairro Cidade Jardim, em São José dos Pinhais, quanto ao fornecimento de água.

Afirma a moradora desse endereço que a água vem sempre suja, e que ao invés de limpar as roupas quando lavadas, elas ficam mais sujas. Também reclama do atendimento que é dispensado pela SANEPAR de São José dos Pinhais, pois ela pediu religação da água de sua residência no mês 03/93 e

já no mês de 02/93 mandaram um talão para ser pago. Informou à SANEPAR do ocorrido, porém não se chegou a um acordo e nada foi resolvido.

Pede que seu pedido de providências seja atendido, uma vez que sérios transtornos estão sendo causados à requerente, bem como para todos os moradores do local.

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4439

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Parque Residencial Santa Terezinha, localizado à Rua Lisboa n° 36, no bairro do Guaraítuba, quanto aos serviços de utilidade pública a que todo cidadão tem direito.

Afirmam que a situação encontra-se desesperadora: o correio não passa por suas casas, as ruas estão intransitáveis e não há fornecimento de água no local. Alegam, ainda, que quando da compra dos terrenos, nos contratos constava que disporiam desses serviços, porém, já se passaram dois anos, e nada do prometido ocorreu.

Todos os moradores estão sofrendo, motivos este que os levou, por intermédio dessa municipalidade, solicitar a solução dos problemas relacionados.

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. José Afonso Júnior, Secretário do Esporte e Turismo, solicitando a implantação do projeto Nossa Quadra no Município de Corumbataí do Sul.

Tal solicitação visa melhorar e ampliar as condições de atividades esportivas no município.

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da TELEPAR, Dr. Paulo Roberto Cordeiro, solicitando a instalação de um P.S. (Posto de Serviço) nas dependências do Auto Posto

Brasília às margens da BR-369, localidade de Cascalho, no Município de Ubatuba.

Tal solicitação prende-se ao fato da real necessidade dos contatos telefônicos por aquela comunidade e a carência de um P.S. na localidade.

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Cláudio Romanelli, Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a inclusão do Município de Prudentópolis, no Programa Casa da Família, sendo necessário a construção de 50 (cinquenta) unidades habitacionais na zona rural, e 50 (cinquenta) unidades na zona urbana do município.

A solicitação em tela, faz-se devido a elevação do número da população de baixa renda, aumentando assim, o déficit habitacional do município.

Neste sentido, que essa Secretaria avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar, solicitando a implantação do Projeto "Povo" - Patrulhamento Ostensivo Volante, no Município de Guarapuava - PR.

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Da mesma forma como ocorreu em Curitiba, os módulos policiais fixos instalados em Guarapuava, mostram-se ineficientes para o atendimento da população, por falta de viaturas e até mesmo de pessoal. Assim sendo, analisando os resultados da implantação do projeto de policiamento móvel na Capital, vimos solicitar que o mesmo ocorra em Guarapuava, município polo da Região Centro Oeste do Paraná.

REQUERIMENTO N° 4451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Dignis-

simo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no município de Umuarama, distrito de Serra dos Dourados.

Do aprovado REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Antonio Romero Filho, (Av. Rio Branco, 3717), ao Presidente da Câmara Municipal, José Evangelista de Albuquerque, e ao Vereador Vilson Ferraz, (Rua Min. Oliveira Salazar, 4964).

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "Panela Cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinaram novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

REQUERIMENTO N° 4452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no município de Umuarama, distrito de Peral.

Do aprovado REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Antonio Romero Fi-

lho, (Av. Rio Branco, 3717), ao Presidente da Câmara Municipal, José Evangelista de Albuquerque, e ao Vereador Vilson Ferraz, (Rua Min. Oliveira Salazar, 4964).

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "Panela Cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

REQUERIMENTO N° 4453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no município de Umuarama, distrito de Santa Eliza.

Do aprovado REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Antonio Romero Filho, (Av. Rio Branco, 3717), ao Presidente da Câmara Municipal, José Evangelista de Albuquerque, e ao Vereador Vilson Ferraz, (Rua Min. Oliveira Salazar, 4964).

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "Panela Cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinam novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

REQUERIMENTO N° 4454

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no município de Umuarama, distrito de Lovat.

Do aprovado REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Antonio Romero Filho, (Av. Rio Branco, 3717), ao Presidente da Câmara Municipal, Jose Evangelista de Albuquerque, e ao Vereador Vilson Ferraz, (Rua Min. Oliveira Salazar, 4964).

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades,

causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "Panela Cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinam novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

REQUERIMENTO N° 4450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no Município de Maria Helena.

Do aprovado REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Jesse Batista Correa, e ao Presidente da Câmara Municipal, (Praça Brasil, 1690).

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "Panela Cheia",

readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 025/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O § 4°, do Art. 10, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n° 159/90, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 10 -

§ 4° - O Partido com bancada inferior a cinco Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante período destinado às comunicações de lideranças."

Art. 2° - Este projeto de resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) NEIVO BERALDIN

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 656/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Ebenezer, com sede e foro na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.93

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação do Presidente da Instituição, Pastor Oceano Ramos Corrêa, cuja postura administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade à frente da presidência da Entidade, endossando portanto, o pedido de declaração de

Utilidade Pública da Associação Beneficente Ebenezer, encaminha-se então, o respectivo projeto de lei.

A citada entidade vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo desta forma, para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

Face às características e postura, requer-se então a declaração de Utilidade Pública para a instituição em epígrafe, uma vez que a mesma encontra-se de acordo com os critérios para tal fim, conforme documentação apresentada.

PROJETO DE LEI N° 657/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social O Bom Samaritano, com sede e foro na cidade de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Assistência Social O Bom Samaritano que ora pretende declarar de Utilidade Pública, constitui uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, educacional e cultural, instituída no dia 8 de julho de 1981, e que tem por objetivos, promover a assistência social, a educação e a cultura, destinados a pessoas carentes, da comunidade sem distinção alguma.

Face os seus objetivos e considerando o grande trabalho que a instituição em referência, vem desenvolvendo em prol da pessoa carente e comunidade em geral, melhorando as condições de vida destas pessoas, contribuindo desta forma, para uma sociedade melhor e mais humana.

Exposto isto, e considerando que a instituição em apreço, tem cumprido com os seus objetivos, para os quais fora instituída, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o Parlamentar com o apoio de seus pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 658/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Betel Serviço Social

da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com sede e foro na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

A Associação Betel Serviço Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, que ora pretende declarar de Utilidade Pública, constitui uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, educacional e cultural, criada no dia 29 de julho de 1974, e que tem por finalidade, promover a assistência social, a educação e a cultura, gratuitamente, e sem distinção alguma.

A citada entidade vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de muitas pessoas.

Dadas as suas características e postura, requer-se então, a declaração de Utilidade Pública para a entidade em apreço, uma vez que a mesma se encontra de acordo com os critérios para tal, conforme documentação em anexo.

PROJETO DE LEI Nº 659/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, do município de São João, com sede e foro no mesmo município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.93.

JUSTIFICATIVA:

A entidade objeto da presente proposição é uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, que visa manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habitação, reabilitação e inserção social do excepcional. A documentação apensa ao presente preenche os requisitos da lei que regulamenta a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito, Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

Curitiba, quarta, em 10.11.93

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Há dias nesta tribuna o Senhor Deputado Ernani Pudell dava o posicionamento do PT sobre o lançamento de um candidato próprio ao Governo deste Paraná.

Falava ele de um companheiro seu de partido. Dizia também na ocasião das propostas que o PT iria oferecer, à família do Paraná, a opção partidária daquele pensamento que externava no momento.

Posterior ao Pudell, o Deputado Luiz Henrique Bona Turra também ocupou esta tribuna, falando já de uma associação das esquerdas, onde ele pretendia - e hoje - transcrito no "Estado do Paraná" - na terceira página, uma associação das esquerdas para combater aquilo que a sociedade do Paraná e que todos os estrangeiros e brasileiros aqui radicados desejam, que a mudança deste Estado.

Dizia aquele ilustre Deputado que tão somente com a união daquelas forças é que teriam o PMDB, o PP, o próprio PT, e outros partidos, posição pela qual pudesse, num nível de igual para igual, disputar as próximas eleições.

Nada vem das minhas palavras a contestar o posicionamento deste ou daquele partido. Nas minhas palavras vem a ânsia do Paraná que quer uma mudança, quer dar a este Estado um Governador que realmente ofereça ao meio ambiente, às cidades pequenas, médias e, principalmente, às grandes cidades do Estado, aquela transformação necessária.

Tem o nosso Partido, no dia de hoje e de amanhã, da eleição, a opção ao Paraná para este Estado dar amostra aquela mudança desejada não só neste quadrante do Brasil, mas a todo o solo pátrio. E temos a figura que ali se assenta nas hostes partidárias do PDT, o ex-prefeito Jaime Lerner.

Um homem que ninguém discute. Quem o ataca é por uma posição política, e não por sua capacidade.

Oferecendo esta opção ao Paraná, estamos sentindo, onde andamos, que conosco soma outro partido irmão nosso na mesma filosofia da social democracia.

E o que nos empurra naquele alicerce necessário para as próximas eleições, são os partidos que se aproximam da candidatura de Jaime Lerner.

O que testemunhamos a este Estado e a este comitê de imprensa aqui credenciado, é este desespero daqueles que não têm nada a oferecer, a não ser a volta ao passado e não continuar com o presente. Somos testemunhas. Queremos um futuro melhor a todos.

Não trazendo de volta quem já foi. Muito menos ainda continuar o Paraná o que é. Queremos mudar o Paraná. E esta mudança

vem nas mãos daqueles que eles qualificam de direita. Ninguém é direita. Nem Jaime Lerner, nem qualquer outro aliado nosso que vier somar no dia de amanhã é direita. Somos a renovação. Somos a opção do Paraná, da família do Paraná e de nossos filhos, para tirar esse feudo onde realmente o Paraná se assenta há mais de uma década naquela situação que nós todos conhecemos. Nós precisamos mudar e a mudança realmente já começou nesta Casa.

Quando alguém do partido da oposição levantou e diz que vai caminhar sozinho ele não deve andar, deve se unir para tentar igualar, dando uma amostra realmente, desde já daquela falta de proposta e aquela falta de competência para ganhar a próxima eleição. A próxima eleição está definida. O Paraná quer mudar, o Brasil precisa mudar. O Congresso Nacional aí está. O nosso Presidente da República aí se encontra, parado. O Brasil precisa andar e vai começar a andar realmente com as propostas que o Jaime Lerner traz a este Paraná e que haverá, a nível internacional, de trazer propostas correlatas e semelhantes a essa.

Não poderíamos nós, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar passar despercebido, ontem aquele pensamento, hoje o pensamento do povo do Paraná e não da esquerda e nem da direita, o pensamento da família paranista - deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei nº 03 (três), de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 416/93, de autoria do Deputado Severino Félix, que autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital São Jerônimo ao Município de São

Jerônimo da Serra. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 111, de 17.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 416/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre parlamentar, Deputado Severino Félix, o Projeto de Lei nº 416/93, ora sendo analisado por este Relator, autoriza o Poder Executivo a transferir o "Hospital São Jerônimo", de propriedade do Estado do Paraná, ao Município de São Jerônimo da Serra.

Como nada foi encontrado, tanto no aspecto legal, regimental ou constitucional, e mais o caráter meramente autorizatório do presente plano de lei, este relator emite o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 416/93

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Severino Félix, o Projeto de Lei nº 416/93, que autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital São Jerônimo de propriedade do Estado do Paraná, ao Município de São Jerônimo da Serra. Nada existe no plano regimental e constitucional, que impeça a sua normal tramitação por este Poder Legislativo.

Analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, o presente projeto de lei já recebeu o parecer favorável, e esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações também emite o seu parecer favorável, visto que já houve outros casos de transferências de hospitais de propriedade do Estado do Paraná e outros municípios, para que haja um melhor trabalho na municipalização da saúde.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 416/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Severino Félix, o projeto de lei em tela, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a transferir ao Município de São Jerônimo da Serra, o Hospital São Jerônimo, de propriedade do Estado do Paraná, incluindo-se nesta transferência os bens imóveis, móveis, instalações e equipamentos pertencentes ao referido hospital.

No âmbito desta Comissão Técnica, en-

tendemos que tal iniciativa de relevante interesse social, pretende impulsionar o processo de municipalização da saúde em nosso Estado, e conseqüentemente beneficiar os municípios da região.

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável, recomendado sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 439/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a implantar Programa de Emergência de Combate à Fome no Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P., C.O. e C.E.. Aprovado. (Com voto contrário da bancada do PT). (Publ. no D.A. n° 116, de 24.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 439/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, o Projeto de Lei n° 439/93, ora sendo examinado por este Relator visa autorizar o Poder Executivo a implantar Programa de Emergência de Combate à Fome no Estado do Paraná.

Como resultado do exame proferido, nada foi encontrado que pudesse impedir a normal tramitação do presente plano de lei por esta Casa.

Tais fatos, e mais o caráter meramente autorizatório contido no referido projeto, levam este relator a emitir parecer favorável à sua aprovação pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 439/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Namir Piacentini, objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar Programa de Emergência de Combate à Fome.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, e Educação, se manifestaram pela aprovação do referido plano de lei.

Esta Comissão, no seu âmbito, entende que o mesmo poderá continuar o seu trâmite nesta Casa, opinando assim favoravelmente ao seu encaminhamento à soberana decisão do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI N° 439/93

P A R E C E R:

Em momento oportuno, o Deputado Namir Piacentini apresentou o Projeto de Lei n° 439/93, cujo conteúdo demonstra a preocupação com o problema da fome, que ronda milhares de pessoas em nosso Estado.

Através do parágrafo 3° do projeto, está acentuado de forma clara, procedimentos a serem adotados pelo Governo Estadual no aspecto da Saúde, e por essa razão, opinamos favoravelmente à tramitação, dessa matéria, cuja decisão final caberá ao Plenário desse Legislativo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
LOURENÇO FREGONESE - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 439/93

AUTOR: Dep. Namir Piacentini

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe projeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a implantar Programa de emergência de combate à Fome no Estado do Paraná.

De acordo com a competência atribuída a esta Comissão pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, § 7° do art. 33, não encontramos óbices para a tramitação do presente.

Diante do exposto, somos de parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
EMILIA BELINATI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 439/93

P A R E C E R:

A presente iniciativa autoriza o Poder Executivo a implantar Programa de Emergência de Combate à Fome no Estado do Paraná, através da abertura de créditos suplementares ao orçamento do vigente exercício.

O projeto de lei não fere qualquer disposição constitucional ou legal atinente à matéria orçamentária, razão pela qual somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 494/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 054/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pelo Lei Estadual n° 10195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 494/93

P A R E C E R:

Analisando o projeto em tela, no âmbito desta Comissão não ocorre qualquer óbice para a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 494/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, oriundo da Mensagem Governamental n° 054/93 que objetiva a aprovação de um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme específica.

Tendo sido submetido à apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão nada há que obste a normal tramitação do presente.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 494/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 054/93, visa aprovar um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no montante de CR\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros reais).

Ao indicar para cobertura do respectivo recurso, igual importância proveniente de excesso de arrecadação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, a iniciativa atende as disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária.

Ante o exposto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 497/93, de autoria do Deputado Luiz H. Bona Turra, que autoriza o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando a execução de Projetos Técnicos e Obras de

Curitiba, quarta, em 10.11.93

Construção do Edifício sede da Casa Latino-Americana (CASLA). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., CF., e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 124, de 15.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 497/93

P A R E C E R:

Trata-se de projeto de lei que visa autorizar "o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando a execução de projetos técnicos e obras de construção do edifício-sede da Casa Latino-Americana (CASLA)".

Cumpra observar que o Decreto Municipal n° 589, que outorgou a "permissão de uso" do imóvel onde pretende o outorgado erigir, data de 30.09.91 e em seu art. 5° estabelece que:

Art. 5° - "Dentro de um ano, contado, da data do início de vigência do presente decreto, deverá a Permissionária iniciar a construção da Casa Latino-Americana - CASLA, no imóvel em tela e, em cinco anos, impreterivelmente, concluí-la, obedecendo o projeto aprovado pela SMU, que expedirá o competente alvará, e após, o certificado conclusão da obra, tudo sob pena de revogação da presente Permissão".

De ver que o prazo (1 ano) da primeira parte do artigo está vencido.

Note-se ainda que segundo o mesmo e referido Decreto Municipal n° 589 ficou contratado que:

Art. 2° - "A área cedida destina-se à instalação da Casa Latino-Americana-CASLA, sendo as benfeitorias ali implantadas incorporadas ao patrimônio municipal, sem que caiba direito a indenização por parte da Permissionária, em caso do não cumprimento das condições estabelecidas neste ato".

A presente proposição é meramente autorizatória porém as despesas do projeto bem como as suas edificações, desde que implantadas, passam a ser expectativa de incorporação ao patrimônio municipal (art. 2°) no caso de inadimplência (art. 3° e 5°) tanto quanto o Município de Curitiba a qualquer tempo poderá revogar a Permissão (art. 4°), notificando o Permissionário.

Desta forma em verdade se trata de "doação pura e simples" que se pretende autorizar o Poder Executivo a proceder e nesta hipótese cabe a ele entender da existência ou não de interesse público.

Nosso parecer é pela inexistência de vício legal ou constitucional, estando o Projeto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 05.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 497/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Luiz Henrique Bona Turra, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio visando a execução de projetos técnicos e obras de construção do edifício - sede da Casa Latino Americana (CASLA).

Após analisá-lo, exaustivamente, a Comissão de Constituição e Justiça, posicionou-se favoravelmente. Assim também procedeu a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

No que compete à Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar, regimentalmente, a tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 497/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 497/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, foi profundamente analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça que cita em seu parecer os prós e contras existentes no Decreto Municipal n° 589, que outorgou a permissão de uso do imóvel pela Casa Latino-Americana - CASLA.

Esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o parecer emitido pela CCJ, deixando a critério do Plenário deste Poder Legislativo a decisão de aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 498/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que dispõe sobre o prazo de transferência pelo Tesouro do Estado à FUNDEPAR dos recursos relativos ao salário-educação e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 124, de 15.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 498/93

P A R E C E R:

O nobre Deputado Luiz Henrique Bona Turra, apresentou Projeto de Lei de n° 498/93, com o objetivo de garantir a transferência, pelo Tesouro do Estado ao Instituto Educacional do Paraná, no prazo máximo de dois dias úteis contados da data do ingresso no Tesouro Estadual, dos re-

cursos relativos ao salário educação.

Analisando a matéria, não se encontra óbice legal ou constitucional que impeça a normal tramitação da Proposição.

Assim sendo, pronuncio-me pela aprovação da matéria.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 498/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Henrique Bona Turra chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que dispõe sobre o prazo de transferência pelo Tesouro do Estado à FUNDEPAR, dos recursos relativos ao salário educação e dá outras providências.

O presente já foi apreciado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Esporte, tendo, em ambas recebido parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o mesmo não incorre em qualquer óbice quanto à sua tramitação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI N° 498/93

P A R E C E R:

SÚMULA: Dispõe sobre o prazo de transferência pelo Tesouro do Estado à FUNDEPAR, dos recursos relativos ao salário educação e dá outras providências.

O plano de lei, logrou parecer favorável da C.C.J..

No âmbito dessa Comissão, não vemos qualquer óbice à normal tramitação do Projeto-Lei, opinando favoravelmente pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 06.10.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

JÚLIO BIFON - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 509/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 055/93, que dispõe que o Estado, suas Autarquias, e Fundações deixarão de contribuir para o Programa Federal de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 127, de

21.09.93, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 509/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em questão, oriundo da Mensagem n° 055/93, objetiva a revogação da Lei n° 6.278, de 23 de maio de 1972.

Esta lei regulamentava a forma pela qual o serviço público estadual, ou seja, o Estado do Paraná, deveria propiciar o recolhimento da parcela de dois por cento (2%) das suas receitas correntes e transferências, a fim de formar o fundo do Programa Federal de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

Conforme diz a Mensagem, as alterações dadas à Lei Federal vieram a demonstrar que o servidor público estadual dificilmente poderia tirar proveito desses recolhimentos. Assim sendo, entendeu o Governo do Estado ser mais conveniente que a administração direta, autárquica e fundacional do Paraná deixasse de recolher tais quantias, e que quotas correspondentes viessem a ser destinadas ao custeio do Plano Complementar de Saúde, previsto no Art. 69, da Lei n° 10.219/92.

Sob os aspectos a que esta douta Comissão é chamada a opinar, temos que a matéria é da competência do Governador do Estado, conforme dispõe a Constituição Estadual, em seu Art. 87, incisos IV e VI. Desta forma, é de se entender que a mesma atende aos princípios constitucionais, legais e regimentais, razão que nos leva a dar parecer favorável à sua tramitação por esta Casa.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 509/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 055/93, o presente projeto de lei objetiva a revogação da Lei n° 6.278 de 23 de maio de 1972, que autoriza e regulamenta a contribuição pelo Estado do Paraná à União para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando a matéria, posicionou-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Curitiba, quarta, em 10.11.93

1. DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 553/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que cria o sistema Estadual de Crédito Educativo, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F e C.O.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 131, de 28.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 553/93

P A R E C E R:

Trata-se do Projeto de Lei n° 553/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, "que cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo".

Por ser proposição meramente autorizatória, nos estritos termos da competência desta Comissão, inexistente óbice constitucional, legal ou regimental à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 553/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a criar o Sistema Estadual de Crédito Educativo para alunos do Ensino Universitário e de Especialização Técnica e Científica.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria, posicionou-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido projeto, nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 553/93

P A R E C E R:

A presente iniciativa do Deputado Geraldo Cartário, visa a criação do Sistema Estadual de Crédito Educativo, a ser financiada com recursos próprios do Estado.

Inexiste qualquer óbice legal ou constitucional, no que tange à matéria orçamentária, à aprovação da respectiva matéria.

Assim, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 569/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 61/93, altera disposições da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 133, de 29.09.93 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 569/93

P A R E C E R:

Trata-se de Mensagem do Poder Executivo que visa alterar normas reguladoras da relação entre o Estado do Paraná e seus servidores, na parte concernente ao pagamento do salário-família; concessão de férias e adiante cria 16 cargos na Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, para prestarem serviços na Imprensa Oficial do Estado.

Para tanto, o projeto altera disposições do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado (Lei n° 6.174/70).

É estabelecido na Proposição que o salário-família será concedido por filho menor, de qualquer condição, fixando a idade limite em até 14 anos; estabelece novas regras para o gozo de férias e remete à Unidade de Recursos Humanos de cada órgão administrativo a competência para elaboração do período de fruição das férias.

Pelo Art. 4° do presente Projeto, ficam criados cargos de Operador Gráfico, na Imprensa Oficial do Estado, matéria essa que relação alguma guarda com o resto da proposição.

Todavia, a matéria está contida nos preceitos constitucionais (Arts. 53, incisos VIII e 66, incisos I e II), nenhum óbice existindo quanto a sua legalidade.

Somos de parecer pela sua apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 19.10.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 569/93

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem do Poder Executivo, o presente projeto de lei visa alterar dispositivos da Lei n° 6174/70 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná - concernentes ao pagamento do salário-família e concessão de férias aos servidores estaduais, além de criar 16 (dezesseis) cargos de Operador Gráfico I no Grupo Operacional de Apoio na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, para suprir as necessidades da Imprensa Oficial.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria, posicionou-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças

nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido projeto, nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Em votação.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - O Sr. Presidente, Srs. Deputados, no item n° 8 da pauta, Mensagem n° 61/93, que trata do Projeto de Lei 569/93, que altera a Lei n° 6174 a nossa Bancada estará votando hoje pela constitucionalidade do projeto apresentando amanhã as emendas, visto que objetiva alterar a 6174 que trata do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, e detectamos, nesta proposta, prejuízo aos direitos do servidor, nesta oportunidade.

Deixamos registrada a nossa posição, a posição do PDT neste instante em relação a essa propositura.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto n° 569/93. Os Senhores que o aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 580/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o Dia da Cultura Racional no Paraná, a ser comemorado no dia 07 de junho. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 134 de 30.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 580/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio tem por finalidade instituir o "Dia da Cultura Racional no Paraná".

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos que nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI N° 580/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o presente Plano de Lei institui o Dia da Cultura Racional no Paraná, a ser comemorado no dia 07 de junho.

Procedida a análise pela douda Comissão de Constituição e Justiça, a medida

proposta recebeu parecer favorável não tendo sido encontrado nenhum impedimento legal a tramitação desta proposta.

Esta Comissão nos termos de sua competência e no que se refere ao mérito da proposta manifesta-se favoravelmente à aprovação deste Projeto de Lei, não vendo óbices à sua aprovação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93

(aa) JÚLIO BIFON - Presidente

SEVERINO FÉLIX - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Espigão Alto do Iguaçu, desmembrado do Município de Quedas do Iguaçu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 148, de 26.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/93

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito para a criação do Município de Espigão Alto do Iguaçu.

Tendo em vista que a referida autorização para realização de plebiscito já foi dada através da Resolução nº 11/93 e que é necessário corrigir o memorial descritivo da área em questão, somos pelo parecer favorável ao presente projeto de resolução na forma de emenda substitutiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J.

Art. 1º - O art. 1º da Resolução 11/93 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizado a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Espigão Alto do Iguaçu, desmembrado do Município de Quedas do Iguaçu, com as seguintes divisas:

Inicia na barra do Rio das Cobras, com o córrego Três Arroios; seguindo por este último, acima, até encontrar a linha divisória das terras pertencentes a Giacomet Marodin Indústria de Madeira S/A., seguindo por esta até onde cruza o córrego da Erva, seguindo em linha reta e seca até encontrar a Rodovia PR-473 no ponto de divisa das terras da Cooperativa Camilas com o Senhor Abel da Silva, deste seguindo linha reta e seca até encontrar o Rio Campo Novo, subindo por este, acima, até encon-

trar a estrada de calçamento no sentido Espigão Alto do Iguaçu/Mato Queimado, seguindo por esta estrada até a localidade de Mato Queimado, seguindo a estrada LP-503 passando pela localidade da linha Alto do Mato Queimado até encontrar o Rio Guarani; seguindo este, acima até encontrar as divisas das terras pertencentes aos índios do Posto do Rio das Cobras, antiga estrada velha Guarapuava - Foz do Iguaçu, seguindo por esta divisa até encontrar o Rio União, seguindo por este, abaixo, até a barra do Rio das Cobras, seguindo por este, abaixo, até encontrar o ponto de partida, no córrego Três Arroios."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) OSWALDO TREVISAN

Apoiamento: Erondy Silvério, Nelson Garcia, João Iensen, Costenaro Neto, Paulo Maia, Colombino Grassano, Ernani Pudell.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa lembra ao Plenário que esse Projeto de Resolução visa corrigir algumas divisas de um Projeto já anteriormente aprovado. Em discussão. Em votação. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, na Ordem do Dia consta que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica; eu desconheço o Projeto, mas solicitei a palavra mais para uma informação da Mesa.

Há uns projetos que tratam de regulamentar ou alterar a legislação que trata do assunto, quer dizer, da criação, desmembramento de municípios, projetos do Deputado Nelson Justus que já foram inclusive aprovados por esse Plenário em Regime de Urgência.

Consulto Vossa Excelência se a Mesa já determinou a inclusão do Deputado Nelson Justus na Ordem do Dia.

O que é do meu entendimento, que enquanto não se votar projetos do ilustre Deputado ou outros que tenham correlatos, esta Casa não fica bem, votando a criação de novos municípios, enquanto não se reexaminar a lei competente pelos motivos conhecidos e tantas vezes repetidos nesse Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Deputado Basílio Zanusso que por ocasião da reunião de lideranças no dia de ontem quando se discutia a questão orçamentária foi consultado os Senhores Líderes e entendeu-se que aguardaríamos mais alguns dias para colocarmos em discussão e votação o projeto do Deputado

Nelson Justus.

Ficou estabelecido que na próxima reunião de lideranças que deverá ocorrer na semana que vem, nós retomaremos o assunto e marcaremos a data.

Está aprovado o Projeto de Resolução nº 022/93.

Esta Presidência, a pedido do Deputado Duílio Genaro registra com satisfação a presença do Vereador Raimundo Marques Cavalcanti, Vereador Manoel Batista Neto, Vereador José Machado Santana, da Câmara Municipal de Formosa do Oeste, e também de Jamile Martins, Secretária da Câmara Municipal.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4426, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4427 a 4436, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4437, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4438 a 4441, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4449, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Em discussão.**

(É lido o requerimento).

Nós encaminharemos esta manifestação do Deputado ao departamento competente, Diretoria Legislativa, para que seja anotado. Desde já fica convocado o suplente, Deputado Valderi Vilela, para que, a partir do dia 13, se apresente perante este Plenário para o compromisso de posse.

Requerimento nº 4442, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4457, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4443, 4444 e 4445, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4446, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4447 e 4448, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4450 a 4454, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Di-

retoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4455 e 4456, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4458, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência deseja comunicar, antes de encerrar a presente sessão, a este Plenário, que no dia de amanhã estará se deslocando à cidade de Florianópolis, onde irá participar de uma reunião do Conselho Parlamentar do Sul.

Estarão nos acompanhando nesta viagem os Deputados Algaci Túlio, Nereu Moura, Toti Colaço e Luiz Carlos Zuk.

Nesta reunião, além de assuntos relativos ao Fundo de Participação dos Municípios, a questão do ICMS, a questão do ICMS de Foz do Iguaçu, da Itaipu, estaremos discutindo as questões ligadas à política fumageira da Região Sul, questão ligada à rodovia do MERCOSUL. Estaremos participando também da reunião do CODESUL, onde estarão presentes os quatro governadores do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além dos quatro Presidentes de Associações dos Municípios também do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É a primeira vez que ocorre uma reunião, onde os quatro Governadores, Presidentes de Assembléias e de Associações terão oportunidade de discutir assuntos relativos aos interesses dos municípios, principalmente com vistas à revisão constitucional.

E quando se fala em Associações de Municípios temos que informar aos Senhores Deputados e a imprensa já divulgou, o resultado parcial da medida do Ato de Inconstitucionalidade que patrocinamos, na condição de Presidente desta Casa contra alguns artigos da Lei nº 8.666.

Um dos artigos já foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, que já concedeu liminar naquele ponto em que proibia as doações por parte das prefeituras e do Estado com vistas à construção de indústrias, enfim, doações de bens imóveis.

Esse artigo já teve a sua inconstitucionalidade reconhecida e os outros que nós estamos argüindo inconstitucionalidade deverão ser apreciados ainda no decorrer desta semana ou da semana que vem, demonstrando que estávamos certos, a Assembléia Legislativa do Paraná e a Associação dos Municípios do Paraná, quando argüíamos a inconstitucionalidade.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) --Pretendia fazer um pronunciamento na tarde

de amanhã, mas em razão da colocação que me faz Sua Excelência, para que nós retornemos naquela comissão até Florianópolis, me cabe então neste momento, dizer aos companheiros de Plenário de que estou me afastando desta Casa temporariamente, em função, como já disse Vossa Excelência no requerimento, de que assumirei uma Secretaria Extraordinária de Ação Metropolitana junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, a convite do Prefeito Rafael Greca de Macedo e que esta Secretaria não é nenhuma novidade, mesmo porque já era um compromisso de campanha, a criação de uma Secretaria que pudesse envolver a Prefeitura de Curitiba junto à Região Metropolitana.

Quero dizer que já começo, a partir deste momento, a sentir saudade desse Plenário, dos amigos com quem convivi durante esse período; e espero que em março eu esteja de volta nesta Casa para continuar, junto com os demais companheiros, poder com a minha limitação auxiliar nos debates aos assuntos pertinentes ao Estado do Paraná.

Tenho certeza que a Bancada do PDT vai ter esse meu espaço preenchido pela figura do ex-Deputado Estadual, batalhador incansável pela região do Norte Pioneiro, o companheiro Valderi Vilela, hoje na condição de Presidente Regional do PDT. Todos conhecem o trabalho deixado aqui pelo Valderi Vilela e especialmente por ocasião da Constituição do Estado, quando teve uma participação muito ativa.

Então, tenho certeza que a nossa Bancada em nada sentirá a falta deste Parlamentar, muito pelo contrário porque terá aqui a presença do nosso primeiro suplente Valderi Vilela.

Um grande abraço a todos, agradeço aqueles que me prestigiaram, que me enriqueceram também os ensinamentos aqui nas duas tribunas, e a certeza de que nós estaremos de volta aqui a partir do mês de março.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em nome do Poder Legislativo cabe-nos cumprimentar o Deputado Algaci Túlio por sua indicação à Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos, desejando que à frente desta Pasta tenha sucesso e que nela coloque todo o seu dinamismo, com vistas realmente a engrandecermos não só a Capital, mas toda essa região metropolitana de Curitiba.

Receba portanto Vossa Excelência, dessa Presidência, votos de sucesso nessa nova tarefa que irá desempenhar a partir de agora.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em nome da Bancada do PDT,

queremos aqui discordar da colocação que faz o Deputado Algaci Túlio. Com certeza ele fará nesse período breve, grande falta à nossa bancada, e tenho certeza que fará uma grande falta ao nosso companheiro Oswaldo Trevisan também, mas é a política.

O companheiro Deputado Algaci Túlio vai para um trabalho, vai para uma nova missão, com certeza nós estaremos recebendo também um companheiro valioso, e em nome da nossa Bancada queremos deixar aqui votos de maior sucesso possível ao companheiro Deputado Algaci Túlio.

Temos certeza disso porque já deu demonstração da sua capacidade quando assumiu a Vice-Prefeitura, a Prefeitura de Curitiba por diversas vezes, dando demonstração da sua capacidade, da sua competência e com certeza Curitiba estará premiada com o trabalho sério que há de desenvolver nesse período também o companheiro Deputado Algaci Túlio, que leva da sua Bancada o abraço, o apoio e aqui estará de plantão sempre à disposição, para que naquilo que for possível, nós possamos nos somar. E precisaremos sim, nesse período que estará afastado dos seus ensinamentos, das suas sugestões para que mesmo não estando presente de corpo, mas estando presente no seu espaço, no seu espírito, possa colaborar conosco da forma como colaborou até a presente data.

A bancada deseja-lhe, companheiro Algaci Túlio, todo o sucesso possível nesta missão por Curitiba e pelo exemplo de administração séria a nível de Paraná.

Que o seu exemplo continue sendo dado desta forma.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, também aqui em nome da Liderança do PMDB e da Liderança do Governo nós queremos manifestar a nossa satisfação em ver que mais um integrante desta Casa é convocado para funções executivas. E hoje o nobre Deputado Algaci Túlio é convocado para exercer uma Secretaria a nível municipal.

Isto mostra que esta Casa tem os seus valores, tem os seus méritos, tem a sua competência, tem os seus homens que sabem administrar o Parlamento, sabem participar do Parlamento e sabem também administrar a coisa pública no Poder Executivo.

O nobre Deputado Algaci Túlio, da nossa oposição, com quem temos tido calorosos debates, leva desta Casa, para o Poder Executivo, os ensinamentos, a experiência obtida nesta Casa.

Temos a certeza, nobre Deputado, que Vossa Excelência, no Poder Executivo, também vai continuar honrando e dignificando este Parlamento. E onde demonstrará também a costumeira competência no trato da coisa pública.

Todo o sucesso a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 250/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 416, 439, 494, 497, 498, 509, 553, 569, 580 e 587/93;
e do Projeto de Resolução n° 022/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 395/93.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 25.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Arlindo Troian, Nelson Garcia, Paulo Maia, Colombino Grassano, Ernani Pudell, Toti Colaço, Emilia Belinati, Alceu Swarowski, Nilton Barbosa, João Iensen, Oswaldo Trevisan, Antônio Costenaro Neto e José Arthur Ritti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 250/93 dos Deputados Florisvaldo Fier, Ovídio Constantino e Ernani Pudell. Parecer FAVORÁVEL com substitutivo geral anexo do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 2) Proposição Veto n° 064/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 534/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 219/93 do Deputado Carlos Simões. Parecer CONTRÁRIO com sugestão para arquivamento do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 548/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 505/93 do Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 529/93 do Deputado Orlando

Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 7) Proposição Veto n° 066/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 283/93 do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 594/93 do Deputado Nereu Moura. Concedido vistas ao Deputado Ernani Pudell; 9) Projeto de Lei Complementar n° 421/92 do Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL às emendas do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 570/93 do Poder Executivo. Concedido vistas à Deputada Emilia Belinati; 11) Proposição Veto n° 062/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 231/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 559/93 do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Relator, Toti Colaço requer diligência - DEFERIDO; 13) Proposição Veto n° 073/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 370/92 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 554/93 do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Relator, Toti Colaço requer diligência - DEFERIDO; 15) Proposição Veto n° 069/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 232/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. O Deputado Relator, Alceu Swarowski requer diligência - DEFERIDO; 16) Proposição Veto n° 071/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 257/93 de autoria do Deputado Élio Rusch. O Deputado Relator, Alceu Swarowski requer diligência - DEFERIDO; 17) Projeto de Lei n° 576/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 579/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 19) Proposição Veto n° 063/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 138/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 592/93 do Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 504/93 do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 574/93 do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 23) Proposição Veto n° 068/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 215/93 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 24) Projeto de Lei n° 557/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 25) Projeto de Lei n° 580/93 do Deputado Algaci Túlio. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 556/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 590/93 do Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 534/93 do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Relator, Colombino Grassano requer diligência - DEFERIDO; 29) Projeto de Lei nº 584/93 do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 588/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 569/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 572/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 598/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 587/93 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano, onde faz um apelo para que se convoque o Senhor Secretário de Educação, professor Elias Abrahão, para que preste esclarecimentos com relação a esta matéria - DEFERIDO; 35) Projeto de Lei nº 583/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 573/93 do Deputado Djalma de Almeida César. O Deputado Relator Antônio Costenaro Neto requer diligência - DEFERIDO; 37) Projeto de Lei nº 535/93 do Deputado Carlos Simões. O Deputado Relator, Antônio Costenaro Neto requer diligência - DEFERIDO. O Deputado Toti Colaço faz uso da palavra para sugerir que seja informado ao Comitê de Imprensa mensalmente o que ocorre na CCJ a fim de que se torne público. 38) Proposição Veto nº 065/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 231/92, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 591/93 do Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 596/93 do Deputado Cezar Silvestri e Colombino Grassano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 503/93 do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 492/93 do Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, marcando outra para a próxima terça-feira, bem como agradeceu a presença de todos os presentes De-

putados.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 26.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari Paulo Maia, Ernani Pudell, Emilia Belinati, Alceu Swarowski, Mário Bezerra, Nilton Barbosa, Dalton Machuca, Colombino Grassano, Toti Colaço, e mais os Deputados: Luiz Antonio Setti, Antônio Annibelli, Lourenço Fregonese e Cezar Silvestri. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 616/93 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 002/93 da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 608/93 do Deputado Valdir Rossini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 610/93 do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 5) Proposição Veto nº 072/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 324/92 do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 617/93 do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 618/93 do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 586/93 do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 585/93 do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 327/91 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Nilton Barbosa; 11) Projeto de Lei nº 577/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 594/93 do Deputado Nereu Moura. Concedido vistas ao Deputado Antônio Costenaro Neto; 13) Projeto de Lei nº 613/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 570/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 602/93 do Deputado Florisvaldo Fier. Pare-

cer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 587/93 do Poder Executivo. O Senhor Presidente comunica aos Membros que o Deputado Colombino Grassano havia solicitado vistas do referido Projeto de Lei e sugerido a oitiva do Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão para que discorresse sobre a presente matéria. Neste momento passa a palavra ao Senhor Secretário de Educação (Notas Taquigráficas em anexo); 17) Projeto de Lei nº 601/93 do Deputado Carlos Simões. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 382/93 do Deputado Antônio Annibelli. O Deputado Relator, Colombino Grassano requer diligência - DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, marcando outra para o dia 09 de novembro de 1993, bem como agradece a presença de todos os presente Deputados.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO ORDINÁRIA
ATA DA 15.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de mil, novecentos e noventa e três reuniu-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Senhor Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 465/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 531/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Relator: Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Pedida diligência à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para que se pronuncie quanto a conveniência da proposição. APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 591/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Relator: Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 592/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Cynthia Natal Tanus, Secretária da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
Cynthia Natal Tanus - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3. SESSÃO ORDINÁRIA DA 12. LEGISLATURA
ATA DA 16.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de novembro do ano de um mil, novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Sr. Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 413/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 518/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 540/93, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Cynthia Natal Tanus, Secretária da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
Cynthia Natal Tanus - Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões às 13:30 horas a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Domingos Carvalho, contando com a presença dos seguintes Deputados, Algaci Túlio, Luiz Antonio Setti, Ademar Traiano e Antônio Costenaro. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 416/93 de autoria do Deputado Severino Félix. Com parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 590/93 de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Com parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário da Comissão.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização sob a presidência do Sr. Deputado Toti Colaço. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 598/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Edson Sil-

Curitiba, quarta, em 10.11.93

va Lino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Solange Mann, Secretária da Comissão.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
Solange Mann - Secretária